

DOSSIÊ TEMÁTICO

**Lésbica Negra:****A invisibilidade na Política Contemporânea na Bahia**Daiane de Jesus Oliveira¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo central abordar a discussão acerca da invisibilidade da mulher negra na política brasileira, especificamente no estado da Bahia, situado na região do País com o maior número de pessoas que se declaram autonegras, 81,4%, de acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada no ano de 2017. Ainda assim as mulheres negras, sobretudo quando lésbicas, possuem pouca expressão política em âmbito estadual. Os cargos de poder e expressão não ocupados por esses corpos, que são marginalizados, violentados, atacados, subjugados para se tornarem invisibilizados. Assim, a invisibilidade não é a inexistência ou a dificuldade de ver, mas a falta de visibilidade e expressão política.

Palavras-chave: Invisibilidade Lésbica. Participação Política. Raça.

Black Lesbians:**Invisibility in Contemporary Politics in Bahia**

Abstract: The main objective of this article is to address the discussion about the invisibility of black women in Brazilian politics, specifically in the state of Bahia, located in the region of the country with the largest number of people who declare themselves black, 89%, according to research by Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), released in 2017. Even so, black women, especially when they are lesbians, have little political expression at the state level. The positions of power and expression not occupied by these bodies, which are marginalized, violated, attacked, subjugated to become invisible. Thus, invisibility is not the absence or difficulty of seeing, but the lack of visibility and political expression.

Keywords: Lesbian Invisibility. Political Participation. Race.

Introdução

¹ Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pelo Centro Universitário Jorge Amado. Bacharelanda do Interdisciplinar de Artes do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos (IHAC) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Cursista de extensão do Pensamento Lésbico Contemporâneo. E-mail: daianeoliveira@hotmail.com.



A Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), local onde os deputados estaduais trabalham, não possui lésbicas negras eleitas até o presente momento, 2020. Por mais que haja membros que abracem as pautas relacionadas às minorias raciais, sociais e os desdobramentos da sexualidade, a experiência não parte da vivência, de um lugar de fala representativo. Conseqüentemente acontece um esquecimento de demandas e leis, impedindo o avanço de questões que beneficiam especialmente o grupo de mulheres negras sendo ou não heterossexuais. Dessa forma, políticas públicas e culturais voltadas para as mulheres negras, de comunidades carentes e lésbicas acabam sendo deixadas de lado ou pautadas como sub-questões.

É importante e essencial o questionamento de como a mulher negra ainda participa de forma discreta em alguns espaços, tendo inclusive limitações no exercício do poder inerente ao cargo político ocupado. Em se tratando de negras lésbicas, passamos da discrição à inexistência ou um número tão ínfimo, que acaba não representando a população. Quando ainda assim, a mulher negra e lésbica consegue ter o poder, acaba caindo na redução de atuar em temas limitados aos direitos humanos e questões raciais, sociais ou sexuais. Por mais que sejam temas importantes e altamente relevantes, as mulheres negras precisam estar na política de forma ativa e em todos os setores. A privação de poder é mais uma forma de violência e dominação projetada pelo sistema opressor no qual vivemos, sendo que ao combater tal projeto, é possível começar a fissurar esse sistema.

O tema foi escolhido após as eleições de 2018, com base na observação da disparidade entre o número de mulheres brancas e homens brancos eleitos para a Assembleia Legislativa, Câmara Federal, Senado e até para a Prefeitura de Salvador, capital da Bahia. O estado teve apenas uma mulher negra eleita, sendo que nenhuma das candidatas autodeclaradas negras e lésbicas chegaram ao cargo. Para delimitar, será evidenciada a ausência de lésbicas negras eleitas para o cargo de Deputada Estadual com atuação na Assembleia Legislativa do estado da Bahia.

A Mulher Negra na Sociedade

A mulher negra é vista como a última na linha de hierarquia social, abaixo do homem branco, mulher branca e homem negro. A questão racial está diretamente ligada com a história da humanidade e o patriarcado. Para Fanon (1980), o negro foi subjugado desde o seu primeiro contato com a civilização europeia.



Quando a civilização europeia entrou em contato com o negro, [...] todo o mundo concordou: esses negros eram o princípio do mal ... negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais [...]. (FANON, 1980, p. 154).

Como Fanon traz, o negro é tratado como um não-sujeito, um ser inferior pelo homem branco europeu. No entanto, a mulher negra sofre com a opressão de raça e gênero. Sojourner Truth em 1851, durante a Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, nos Estados Unidos, fez o discurso, *E eu não sou uma mulher?*, a pergunta . As mulheres negras ainda eram escravizadas, violentadas física, moral e psicologicamente, trabalhando de forma desumana durante esse período. No entanto, essa luta não era reconhecida nos movimentos feministas do século XIX, que buscavam conseguir possibilidades de inserção na sociedade de maneira mais efetiva, com direito de voto. Motivo pelo qual Sojourner Truth questionou que sujeito feminino era esse, reivindicado naquele evento, enquanto outras mulheres lutavam para ser reconhecidas como seres humanos.

Aquele homem lá diz que as mulheres precisam de ajuda para entrar em carruagens e atravessar valas, e sempre ter os melhores lugares não importa onde. Nunca ninguém me ajudou a entrar em carruagens ou a passar pelas poças, nem nunca me deram o melhor lugar. E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem o meu braço! Eu arei a terra, plantei e juntei toda a colheita nos celeiros; não havia homem páreo para mim! E eu não sou uma mulher? Eu trabalhava e comia tanto quanto qualquer homem – quando tinha o que comer -, e ainda aguentava o chicote! E eu não sou uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria delas sendo vendida como escrava, e quando gritei a minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher? (TRUTH, 1851).

O questionamento da Sojourner é pertinente para pensar que as mulheres negras sempre estiveram de fora de algumas decisões e locais de poder. Houve uma negação do espaço de fala, ou lugar de fala como conceitua a filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2017), em *O que é lugar de fala?*. Sabendo que, a mulher, na sociedade europeia já é subjugada por ser considerada o outro do homem, como explicou Simone de Beauvoir no livro *O Segundo sexo: Fatos e Mitos*. No entanto, Grada Kilomba (2008), traz a mulher negra sendo “o outro do outro”, por ser além de mulher, negra.

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não

brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro” (KILOMBA, 2010, p.124).

Assim, a mulher negra é duplamente penalizada e excluída de esferas de decisão, como poder político, por raça e gênero, não é branca e nem homem. Audre Lorde citou em entrevista as dificuldades em sofrer opressões pela cor de pele, gênero, profissão e orientação sexual:

Deixe me dizer a vocês primeiro como foi ser uma mulher Negra e poeta nos 60 para adiante. Significa ser invisível, ser realmente invisível. Significa ser duplamente invisível como mulher feminista negra e significa ser triplamente invisível como lésbica negra e feminista. (LORDE, 1984).

Os problemas sociais, culturais e estruturais na sociedade são muito mais profundos. Assim, Heleieth Saffioti ressalta que:

Os estudos históricos sobre a mulher são muito recentes e ainda resta muita coisa a fazer. Há feministas que contabilizam Simone pelo fato de O Segundo Sexo apresentar uma certa superficialidade nas considerações históricas, pelo fato de conter até erros históricos. Mas como é que a pessoa que não é historiadora, como é que ela pode intuir que os fatos foram a, b, c, z, se os historiadores ainda não levantaram os dados, não fizeram as interpretações? Era o que acontecia quando Simone escreveu O Segundo Sexo. (...) A história está se fazendo agora, quer dizer, está se fazendo a história escrita, a análise histórica, e é importante que esta seja feita, que ela seja escrita, porque a história é um elemento empoderador, talvez o mais forte. Uma categoria social que não conhece a própria história não pode se empoderar. (SAFFIOTI, 1992, p.21).

A sociedade patriarcal, machista e escravocrata exerce forte pressão para que as mulheres sejam excluídas, isoladas, desacreditadas e conseqüentemente assimilem a crença de que não servem para exercer cargos de poder.

Com o descrédito, a desigualdade social, a violência e o desemprego. A mulher negra não consegue ver perspectivas para ingressar na política. No entanto, essa não é uma questão apenas brasileira. No livro *A liberdade é uma luta constante*, a autora Angela Davis narra que nos Estados Unidos da América as mulheres negras se negavam a querer ingressar ou falar de política, pois para elas era mais importante sobreviver, ter alimentação, não ter mortes pela cor da pele.

Evidenciando a perspectiva nacional, podemos citar Olívia Santana, que em um artigo publicado no livro *O Golpe na perspectiva de gênero*, destaca o fato de a única mulher Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, só obter destaque entre os nomes dos candidatos à presidência pela indicação do seu antecessor, Lula. Segundo Olívia Santana: “Afinal, entre

tantos homens, por que uma mulher? E seu nome só prevaleceu porque Lula gozava de alto prestígio”. Foi difícil para uma mulher branca, seria duplamente difícil para uma negra. Afinal, a mulher negra passa pela retirada de direitos por ser mulher e pela remoção de humanidade por ser negra.

Grada Kilomba comenta em *Memórias de uma Plantação*, no capítulo ‘Conhecimento e o mito universal’ (2010, p. 49), sobre a importância de ter negros ocupando espaços. A autora aborda o ambiente acadêmico, o que também pode ser ampliado para outros espaços de conhecimento e poder.

O centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde as acadêmicas/os brancos nos construíram como a/o “Outras/os” inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco. Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os. Esse não é um espaço neutro. Dentro dessas salas fomos feitas/os objetos de discursos estéticos e culturais predominantemente brancos. (Hall, 1992, p.252 apud KILOMBA, Grada, 2010, p. 49).

É possível transpor as observações de Grada Kilomba referentes à esfera acadêmica para a esfera do poder político, onde pautas negras surgem como bandeiras em comícios eleitorais, porém os próprios partidos restringem as possibilidades de candidaturas negras, em especial quando tratamos de cargos executivos. Neste caso, o lugar de fala da mulher negra é lésbico segue externamente dos espaços de poder, sobretudo o político.

O esquecimento, não registro ou apagamento da existência de mulheres em cargos de poder, e de seus feitos em esferas diversas, são violências que tem por objetivo enfraquecer as mulheres, minando sua confiança e excluindo-as de embates e debates decisivos para sua própria existência. Uma das exclusões mais significativas é a moral, através da qual é possível basear muitas outras.

O primeiro passo da exclusão moral é a desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano. Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. A exclusão moral pode assumir formas severas, como o genocídio; ou mais brandas, como a discriminação. Em certa medida, qualquer um de nós tem limites morais, podendo excluir moralmente os demais em alguma esfera de nossas vidas. Em geral, expressamos sentimentos de obrigações morais na família, com amigos, mas nem sempre com estranhos e, menos ainda, com inimigos e membros de grupos negativamente estereotipados. Pelos processos psicossociais de exclusão moral, os que estão fora do nosso universo moral são julgados com mais dureza e suas falhas justificam o utilitarismo, a exploração, o descaso, a desumanidade com que são tratados. (CARONE e BENTO, 2002, p 12)

A Mulher Negra e Lésbica na Sociedade



Para compreender o motivo da mulher lésbica e negra ser preterida em disputas de cargos de poder é importante compreender o que é ser lésbica, o que seria não seguir uma normatividade sexual que é apresentada e vendida a todo o tempo. Miriam Grossi acredita que a ideia de gênero nada mais é do que uma forma de determinar, aprisionar alguém para seguir regras e padrões sociais a partir daquilo que foi lhe condicionado.

Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. No entanto, como veremos, nenhum indivíduo existe sem relações sociais, isto desde que se nasce. Portanto, sempre que estamos referindo-nos ao sexo, já estamos agindo de acordo com o gênero associado ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo. Por exemplo, alguma de vocês, mulheres, já pensou alguma vez em assinalar M e não F nos inúmeros formulários que temos de preencher em nossa vida cotidiana? E vocês acham que a burocracia que lê estes formulários age de forma igual frente a indivíduos classificados como M ou F? Na verdade, sempre agimos como mulheres socialmente programadas e não, como costumamos pensar, como mulheres biologicamente determinadas. É claro que podemos (e devemos) modificar cotidianamente aquilo que é esperado dos indivíduos do sexo feminino, pois o gênero (ou seja, aquilo que é associado ao sexo biológico) é algo que está permanentemente em mudança, e todos os nossos atos ajudam a reconfigurar localmente as representações sociais de feminino e de masculino. Na verdade, em todas as sociedades do planeta, o gênero está sendo, todo o tempo, ressignificado pelas interações concretas entre indivíduos do sexo masculino e feminino. Por isso, diz-se que o gênero é mutável. (GROSSI, p. 4).

Sabendo que o gênero é mutável, o questionamento passa a ser qual a importância de seguir mantendo pessoas que não seguem as “regras” isoladas? Se a mulher negra possui difícil acesso, a mulher negra e lésbica tem ainda mais dificuldade em acessar poder político no Brasil. Em 2018, a única deputada estadual negra da Bahia, segunda no estado a fazer a autodeclaração de negritude, Olívia Santana não se declara lésbica. Eleita pelo PCdoB. Neste ano, apesar de, no estado uma deputada negra ter sido eleita, não houve uma negra lésbica sendo escolhida para o mesmo cargo.

É possível compreender que não há hierarquia de opressão, como cita a escritora Audre Lorde. Ser negro faz com que homens e mulheres sofram opressão racial, no entanto, é perceptível que a mulher negra lésbica tem acrescidas as penalidades dos fatores de gênero e orientação sexual.

Os ataques crescentes sobre lésbicas e homens gays são apenas uma introdução aos crescentes ataques sobre pessoas Negras, para onde quer que seja, manifestos de opressão em si mesmos nesse país, Pessoas negras são vítimas potenciais. E esse é o estandarte do cinismo da direita encorajar

membros de grupos oprimidos a agir uns contra os outros, e por tanto tempo a gente é dividida por causa de nossas identidades particulares que nós não podemos juntar-nos todos juntos numa ação política efetiva. Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay porque eu e centenas de outras mulheres Negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são Negros. Não há hierarquias de opressão. (LORDE, 1992).

Sabe-se que a mulher negra, quando lésbica, é rejeitada pela construção do pensamento social, pelo racismo institucional, racismo estrutural, sexismo, além de ser violada ou questionada pelas suas atitudes e estereotipada. Para Cheryl Clarke, é uma questão profunda que afeta a credibilidade, visibilidade e até os direitos civis de quem não se encaixa na normatividade hegemônica.

A lésbica negra, como qualquer outra pessoa de cor nos Estados Unidos, experimenta a sujeição do racismo institucional e pode sofrer igualmente o sexismo homofóbico de sua própria comunidade - especificamente a comunidade "política" negra. Uso o termo descritivo "política" entre aspas porque este segmento da comunidade negra é o que elegeu aprovar publicamente à homofobia, quando em virtude de sua credibilidade e visibilidade, seus membros podiam ter eleito apoiar os direitos civis, sociais e pessoais das lesbianas negras e dos homossexuais negros. As relações com a comunidade negra se fazem muito problemáticas para as lésbicas negras e os homossexuais quando a comunidade negra contemporânea nos rechaça por nosso compromisso com a libertação lésbica e homossexual" (CLARKE, 1990).

Para Ochy Curiel (2017) é interessante observar que a estrutura do sistema que mantêm o homem branco heterossexual no poder, assim é necessário entender de forma ampliada as matrizes de opressão, que são os elementos de sustentação das desigualdades.

O racismo é estrutural, localizado, contextualizado, assim como é o funcionamento do regime da heterossexualidade. E para mim, creio que uma das coisas que faltam ao feminismo, a nível geral, é compreender esta dimensão estrutural desse regime. (CURIEL, 2017, p. 113).

No entanto, ao reivindicar identidade e lugar de fala, é possível que as mulheres lésbicas negras também podem cair no estereótipo de quem só aborda pautas identitárias ou de um determinado grupo. Sendo que, o feminismo feito por mulheres brancas coloca todas as mulheres como iguais, desconsiderando a interseccionalidade e a necessidade de pensar em raça, classe, sexualidade.



Há um tipo de lesbianismo que assume que a sua política é, fundamentalmente, de identidade e de reconhecimento, que questiona esse feminismo liberal que concebe as mulheres como homogêneas. Por isso, o lesbianismo não começou com as lésbicas. Começou com as negras, com as indígenas, questionando também essa homogeneidade da mulher [...] há outro lesbianismo, do qual eu faço parte, o lesbianismo feminista ou lesbofeminista, que toma como base o regime da heterossexualidade como seu elemento central para fazer política. Isso significa, portanto, que, por um lado, critica o feminismo contemporâneo, esse feminismo liberal que mencionei acima e inclusive critica o movimento LGTB por buscar se incorporar ao regime da heterossexualidade. Buscar o casamento, por exemplo - essa agenda não nos interessa em nada, porque o casamento é uma reprodução das instituições onde se faz o regime da heterossexualidade. Obviamente, não vamos sair às ruas dizendo “não queremos o casamento!”, essa não é a ideia, mesmo porque a direita tomaria isso como estratégia. Mas nós temos um questionamento ao regime mesmo, que implica, por exemplo, a monogamia - uma parte do regime da heterossexualidade. Primeiro, não só em termos práticos, mas em termos políticos, é muito importante dizer que o casal monogâmico é um produto da heterossexualidade e do capitalismo. Por que produzimos o casal? Precisamente, para além de nos cuidarmos e amarmos, também para passar heranças, quando existem. Segundo, o matrimônio reproduz os papéis heterossexuais - ainda que eu não chamemos “esposa” ou “esposo”, reproduzimos a mesma lógica. Essa lógica de que alguns têm que trabalhar e outros não têm que trabalhar. Nossa luta, como lésbicas feministas, é fazer desaparecer o modelo heterossexual e não nos incorporar ao modelo heterossexual. (CURIEL, 2017. p 114).

Como traz Ochy Curiel, o lesbianismo também é um ato político e que vai muito além de assumir relação com alguém. Sendo que, colocar sujeitos com diferentes questões, vivências, lugares de fala, em uma categoria é tentar homogeneizar aqueles corpos. Assim como mulheres negras e brancas heterossexuais não são iguais, mulheres lésbicas brancas não são iguais as negras e até mesmo duas pessoas negras com as mesmas vivências, orientação sexual, grau de escolaridade e outras similaridades podem ser sujeitos que pensam de forma desassociada.

Eu creio que não existe o ponto de vista lésbico, como não existe o ponto de vista das mulheres, como não existe o ponto de vista das negras, porque isso é homogeneizar. Então, eu diria que existem pontos de vista de acordo com o projeto político que se tem. Eu, como lésbica feminista, que não sou apenas lésbica feminista, sou uma lésbica feminista antirracista, afro, decolonial e do Caribe, etc., tenho como projeto político tentar alcançar coletivamente o objetivo de acabar com todas as opressões desumanas que se fazem a muitas pessoas. Colocar aqui a concepção de humanidade é muito importante, porque não é somente no colonialismo que muita gente foi considerada não-humana. Por exemplo, no tempo da escravidão, se definia quem era humano e quem não era, mas ainda hoje existem diferentes níveis de humanidade. São os níveis de humanidade que levam a essas desigualdades sociais, desde o racismo, desde o impacto do capitalismo, desde a heterossexualidade obrigatória, etc. (CURIEL, 2017. p 115).



Através do conceito de interseccionalidade, que considera os marcadores sociais e o respeito às diferenças para ampliação de luta, a autora Ochy Curiel define que as suas escolhas são políticas, considerando que todo o sujeito é político. Para Lélia Gonzalez (1983), também é importante chegar a questões que movimentos raciais, sociais ou de gênero não abordavam.

O fato é que, enquanto mulher negra sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações” (GONZALEZ, 1983, p. 225).

A mulher negra é mulher e negra, sendo que a mulher lésbica negra é uma mulher, lésbica e negra. Como propôs Curiel (2007), é necessário interrogar os processos de produção das estruturas de opressão do sistema-mundo colonial. Pensar apenas da perspectiva de classe, raça ou gênero não vai dar todas as respostas para compreender a ausência de mulheres negras eleitas para cargos como o de deputada estadual na Bahia.

Mulher Negra na Política Brasileira e Baiana

Trazendo isso para o Brasil, com a eleição em 2018 a Câmara de Deputados passa a ter 75% dos eleitos que se declaram brancos, enquanto pardos e pretos totalizam pouco mais de 20%. Os amarelos são 0,389% e indígenas 0,19%. Segundo dados coletados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O Brasil não possui cota mínima obrigatória para partidos candidatarem políticos negros, no entanto existe percentual para gênero. Sueli Carneiro (2003) escreve sobre a luta que resultou na lei no texto *Mulheres em movimento*.

A desigualdade sofrida pelas mulheres em relação ao acesso ao poder foi enfrentada por diversas campanhas das quais resultaram a aprovação de projeto de lei, de iniciativa da então deputada Marta Suplicy, de reserva de 20% das legendas dos partidos para as candidatas mulheres”. (CARNEIRO, 2003, p.118).

Em 2017, a Lei das Eleições estabelece que os partidos ocupem, no mínimo, 30%, e, no máximo, 70% das candidaturas para cada gênero. No entanto, mesmo com cotas para mulheres não existe uma garantia de distribuição e igualdade entre as etnias.



A Bahia elegeu a sua segunda Deputada Estadual negra na história em 2018, Olivia Santana (PCdoB). A primeira, na década de 90, foi Maria José Rocha Lima, conhecida como Zezé, eleita pelo PCdoB e reeleita em 1994 pelo PT. Porém, Zezé não era retinta, para além do colorismo é preciso entender que Olivia Santana é a primeira mulher negra, retinta e que usa tranças no cabelo. Pensando nas matrizes de opressão, esse corpo é mais rejeitado socialmente, seja pelas tranças ou por uma negritude marcada em fenótipos.

A Bahia é o estado nordestino que possui 81,4% da população que se declara parda ou preta, de acordo com dados colhidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) e divulgados em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, 12,4 milhões de pessoas das 14.812.617 que vivem no estado, de acordo com estimativa do IBGE, são de maioria parda e preta.

Ainda que a população seja majoritariamente de pessoas negras, o acesso de mulheres negras à esfera de poder político ainda é limitado, como podemos ver na Assembleia legislativa da Bahia (ALBA), cuja segunda representante negra na história foi eleita apenas em 2018. Falta equidade, nivelamento de acesso da mulher negra ao poder político, à política feita através dos partidos. Assim, a ausência de lésbicas negras na política, de forma direta, pode resultar em maior dificuldade em ter pautas e reivindicações defendidas.

Nesse contexto, vale entender que a ausência de mulheres na política remete a um esquecimento de questões como campanhas de combate ao lesbocídio, nome que se dá ao crime de ódio contra lésbicas. A mulher negra no Brasil é a mais agredida pelos parceiros, segundo o Mapa da Violência de 2017. Sendo ainda, a que recebe menores salários, de acordo com pesquisa divulgada pelo IBGE em 2017. É também a menos representada na política, segundo dados do TSE. No entanto, o assassinato de lésbicas cresceu 150% entre 2014 e 2017, de acordo com o Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil, 2018. O relatório ainda aponta que a maior parte das lésbicas assassinadas são as lésbicas não-feminilizadas, representando 66% de todos os assassinatos e 45% eram negras.

Conclusão

A prática de distanciar lésbicas negras da esfera política é mais uma das formas de exclusão que uma sociedade patriarcal, racista e desigual impõe às mulheres negras. Ao afirmar que elas não possuem poder ou impedir que o obtenham, limitando seu acesso ao conhecimento e a partidos políticos, a consequência é a redução do número de mulheres que participam das ações políticas no País.




No livro *Ridículo político*, Marcia Tiburi cita que “a política é feita de imagens, de cenas e personagens e também de processos densos que as imagens nos ajudam a conhecer desde que saibamos lê-las”. A ideia da “indústria cultural” trazida no livro pode auxiliar para entender qual a imagem que a sociedade espera de um político? E a mulher negra se adequa a essa imagem? A mulher negra representa poder e respeito? E quando lésbica? A eleição da segunda deputada negra na Bahia, que é heterossexual, mostra que essa ideia de poder não contempla as mulheres retintas sobretudo quando não heterossexuais, já que apenas em 2018 uma mulher negra retinta foi eleita e até o momento nenhuma lésbica negra alcançou o mesmo cargo. No entanto, este fato pode ser considerado uma ascensão da mulher negra na política. O que ainda não acontece com as lésbicas negras.

Com poucas mulheres negras na política as pautas desse grupo sempre serão deixadas de lado, sendo que desde a saúde da mulher até o acesso a educação, são temas que precisam ser pensados de forma interseccional, onde raça, classe, idade, orientação sexual e muitos outros marcadores indentitários precisam ser levados em conta. Como citou Sueli Carneiro sobre as opressões que as mulheres sofrem no Brasil.

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p. 118)

Uma solução para tornar as mulheres lésbicas negras incluídas na esfera política seria pressionar para que os partidos recebam mais mulheres negras e lésbicas, respeitando a sua interseccionalidade, seu espaço, seus conhecimentos e experiências. Assim, o lugar de fala pode ser assegurado, juntamente com o cuidado em ouvir e entender as necessidades de uma categoria que é duplamente oprimida. Além da comunidade e movimentos de mulheres negras e/ou lésbicas organizarem campanhas de valorização e reconhecimento das candidatas negras.

O conhecimento é outra ferramenta que pode ser usada para combater preconceitos e a desigualdade. Através de aulas promovidas nas comunidades, ou como extensão em escolas, com facilitadores orientados com textos que tragam o conhecimento acadêmico e de mundo de mulheres negras e lésbicas, explicando a importância de representação na política e um trabalho de base com a comunidade, para que novas e diversas lideranças políticas sejam identificadas e equipadas com as ferramentas necessárias para atuarem no cenário político. A formação política é importante na formação do cidadão para que os sujeitos subjugados, aqueles que são tidos como os seres sem direitos e poder, tenham noção da sua verdadeira força.



A narrativa das histórias e ter o poder de dar voz para os conhecimentos pessoais também é necessário. Como citou a autora Audre Lorde sobre a necessidade de visibilidade, escrever e poder narrar suas próprias histórias, a partir disto podemos entender a construção de identidade de um povo. Se a população não entender que a lésbica negra é dotada de saber, de poder, nunca verá aquele corpo como um sujeito capaz de exercer essa posição.

E quando as palavras das mulheres clamam por serem ouvidas, cada uma de nós deve reconhecer sua responsabilidade de tirar essas palavras para fora, lê-las, compartilhá-las e examiná-las em sua pertinência à vida. Não nos escondamos detrás das falsas separações que nos impuseram e que tão seguidamente as aceitamos como nossas. Por exemplo: “Não posso ensinar a literatura das mulheres Negras porque sua experiência é diferente da minha. (LORDE, 1984, p.04).

A violência que as mulheres, - sobretudo lésbicas negras-, sofrem nesta sociedade vai além de física ou verbal. A falta de visibilidade e acesso ao poder é uma violência. Ao perceber que a mulher negra tem limitação de espaço e pouquíssimo poder nesse modelo social em que vivemos, é compreensível a baixa representatividade na política. A comunidade negra tem pautas diferentes dos brancos, assim como as lésbicas possuem pautas diferentes dos heterossexuais. Com isso, a limitação de poder é uma das formas de fazer com que as negras, sobretudo lésbicas, continuem sem registro de sua existência e sem atenção às suas demandas.

Quanto mais marcadores que oprimem uma pessoa, mais distante do ideal de sujeito aqueles corpos estão. Assim, se a mulher negra é o outro do outro como citou a autora Grada Kilomba (2010), a mulher negra e lésbica seria o outro, do outro, do outro, por ter uma tripla opressão na sociedade. Dar visibilidade para lésbicas negras e fazer com que ascendam na pirâmide social é mudar toda a estrutura do capitalismo, machismo, racismo, sexismo e até a luta de classe. Afinal, toda opressão beneficia ao homem branco heterossexual, por isso quebrar esse estigma é conseguir diminuir seu poder sobre aqueles que são tratados como o outro.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Presença das mulheres no poder.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/brasil-ocupa-161deg-lugar-em-ranking-da-presenca-das-mulheres-no-poder>>. Acessado em 21 out 2018.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

CAMARA. **Vereadores de Salvador.** Disponível em: <http://www.cms.ba.gov.br/vereadores_site.asp?id=23>. Acessado em 17 de nov. 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento.** Estudos Avançados 17 (49), 2003.

CARONE, I. & BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CLARKE, Cheryl. **Lesbianism: An Act of Resistance. The Columbia Reader on Lesbians and Gay Men in Media, Society, and Politics**. Columbia University Press, 1990.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1980.

G1 – BAHIA. **De servente a pedagoga, professora se torna 1ª mulher declarada negra a se eleger para Assembleia Legislativa da BA**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/10/09/de-servente-a-pedagoga-professora-se-torna-1a-mulher-declarada-negra-a-se-eleger-para-a-assembleia-legislativa-da-ba.ghtml>>. Acessado em 02 de dez. 2018.

GONZALEZ, Lélia. **“Racismo e sexismo na cultura brasileira”**. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e sexualidade**.

IBGE. Panorama. 2018. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>>. Acessado em 17 de nov. 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios do Racismo Cotidiano**. Munster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010.

LORDE, Audre. **“Irmã Extranjeira” (Sister Outsider), Ensaios e Conferências**. 1984.

Peres, Milena; SOARES, Suane; DIAS, Maria. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PINTO, Celi Jardim. **Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas**. In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: UNICEF, 1994.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Rio de Janeiro: Letramento, 2017.

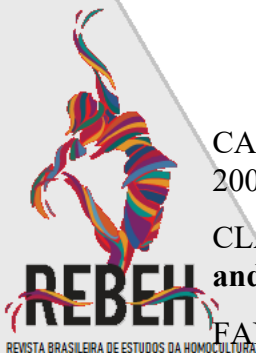
RUBIM, Linda & ARGOLLO, Fernanda. (Orgs.). **O Golpe na Perspectiva de Gênero**. Salvador: Edufba, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, Albertina de Oliveira. BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

TEIXEIRA, Analba; SILVA, Ariana; FIGUEIREDO, Ângela. **Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA**. Entrevista com Ochy Curiel. Cadernos de Gênero e Diversidade. Vol 03, N. 04 - Out. - Dez., 2017

THRUTH, Soujourne. **E eu não sou uma mulher**. Geledes. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>. Acessado em 04 Dez. 2019.

TIBURI, Marcia. **Ridículo Político. Uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto**. Rio de Janeiro: Record, 2017.





Recebido em: 01/01/2020

Aceito em: 30/01/2020